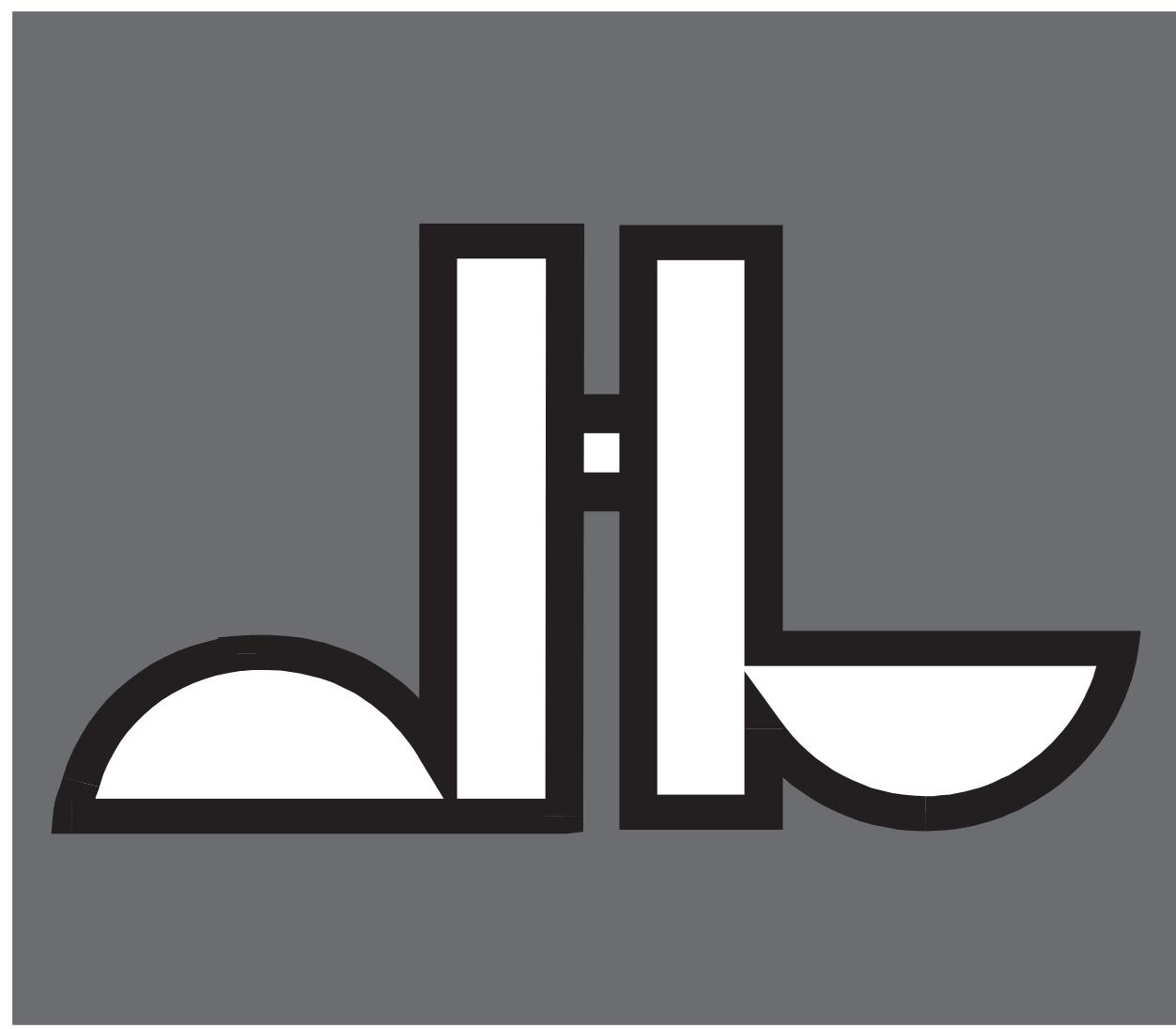




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVII - Nº 006 - TERÇA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2012 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente Senador José Sarney (PMDB/AP)
1ª Vice-Presidente Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES)
2º Vice-Presidente Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}
1º Secretário Deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO)
2º Secretário Senador João Ribeiro (PR/TO) ²
3º Secretário Deputado Inocêncio Oliveira (PR/PE)
4º Secretário Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente José Sarney (PMDB/AP)
1ª Vice-Presidente Marta Suplicy (PT/SP)
2º Vice-Presidente Waldemir Moka (PMDB/MS) ^{3 e 4}
1º Secretário Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º Secretário João Ribeiro (PR/TO) ²
3º Secretário João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º Secretário Ciro Nogueira (PP/PI)
Suplentes de Secretário
1º - Casildo Maldaner (PMDB-SC) ^{1, 5, 6 e 7}
2º - João Durval (PDT/BA)
3ª - Maria do Carmo Alves (DEM/SE)
4ª - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente Marco Maia (PT/RS)
1ª Vice-Presidente Rose de Freitas (PMDB/ES)
2º Vice-Presidente Eduardo da Fonte (PP/PE)
1º Secretário Eduardo Gomes (PSDB/TO)
2º Secretário Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)
3º Secretário Inocêncio Oliveira (PR/PE)
4º Secretário Júlio Delgado (PSB/MG)
Suplentes de Secretário
1º - Geraldo Resende (PMDB/MS)
2º - Manato (PDT/ES)
3º - Carlos Eduardo Cadoca (PSC/PE)
4º - Sérgio Moraes (PTB/RS)

Notas:

- 1- Em 29-3-2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 291/2011, deferido na Sessão do Senado Federal de 29-3-2011.
- 2- Em 3-5-2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, conforme RQS nº 472/2011, aprovado na Sessão do Senado Federal de 3-5-2011.
- 3- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 4- Em 16-11-2011, eleito o Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) para o cargo de 2º Vice-Presidente do Senado Federal.
- 5- Em 28-11-2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- 6- Em 29-11-2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- 7- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08-12-2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	---

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 16 DE ABRIL DE 2012	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Dia do Índio.....	00678
1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro	
1.2.2 – Oradores	
Senador Vicentinho Alves	00678
Deputado Roberto de Lucena.....	00681
Senador Valdir Raupp	00682
Deputado Padre Ton	00685
Senadora Vanessa Grazziotin.....	00687
Deputado Amauri Teixeira.....	00689

Senador Paulo Paim	00691
Sr. Marcos Terena (Professor da Cátedra Indígena Internacional).....	00693
1.3 – ENCERRAMENTO	
CONGRESSO NACIONAL	
2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 5ª Sessão Conjunta (Solene) em 16 de abril de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Valdir Raupp e Vicentinho Alves

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 26 minutos e encerra-se às 13 horas e 49 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB-RO)

– Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia do Índio.

Composição da Mesa.

Compõem a Mesa, com esta Presidência, as seguintes autoridades: o Exmo. Sr. Senador Vicentinho Alves, signatário da presente sessão; o Exmo. Sr. Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas, Padre Ton, do nosso querido Estado de Rondônia (*palmas*); o Professor da Cátedra Indígena Internacional, Sr. Marcos Terena (*palmas*); o Secretário Especial de Saúde Indígena, Sr. Antônio Alves de Souza, representando o Ministro de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Alexandre Padilha (*palmas*); e o Secretário-Executivo de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sr. Mário Lisboa Theodoro. (*Palmas.*)

Cumprimento as demais autoridades aqui presentes: a Assessora da Presidência da FUNAI, Sra. Francisca Picanço, representando o Presidente da FUNAI, Sr. Márcio Meira; a Assessora de Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura do Estado do Tocantins, Sra. Joana Munduruku, representando a Secretaria de Cultura do Estado de Tocantins; o Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte, Sr. Afonso Barbosa; as Sras. os Srs. Senadores, as Sras. e os Srs. Deputados Federais; etnias representadas: Fulniô, Terena, Kaiuá e Munduruku; senhoras e senhores presentes.

Convidamos a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional brasileiro.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB-RO)

– Vamos à relação dos nossos oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves, requerente desta sessão de homenagem no Senado Federal.

Quero aproveitar este momento, antes de ouvirmos o Senador Vicentinho Alves, para pedir a Deus que possa restabelecer o mais breve possível a saúde do nosso querido Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, que está em observação médi-

ca, mas que logo voltará aos trabalhos e ao convívio dos seus pares no Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves, pelo tempo que V.Exa. achar necessário.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR-T.O. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, cumprimento V.Exa. – muito nos honra vê-lo presidindo esta sessão solene; o Deputado Padre Ton, também do Estado de Rondônia, Presidente da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas na Câmara Federal; o Professor da Cátedra Indígena Internacional, o companheiro e amigo Marcos Terena, também colega aviador; o Secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, representando o Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha; o Secretário-Executivo de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sr. Mário Lisboa Theodoro; a Assessora da Presidência da FUNAI, Sra. Francisca Picanço, que aqui representa o Sr. Márcio Meira, Presidente da FUNAI; a Assessora de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do meu Estado, o Tocantins, Sra. Joana Munduruku – seja bem-vinda; o Secretário Nacional de Esporte, Sr. Afonso Barbosa, que aqui representa o Ministro Aldo Rebelo; todos os nossos indígenas de várias etnias que se encontram aqui, de vários Estados da Federação – sintam-se todos cumprimentados; e os demais convidados que aqui se encontram.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, Orlando Villas-Boas, maior de todos os sertanistas, afirmou o seguinte: “Os índios nos deram um continente para que o tornássemos uma Nação. Temos para com os índios uma dívida que não está sendo paga”.

Como bravos descendentes dos que estavam nestas terras antes da chegada do colonizador português, aproveito esta sessão solene do Congresso Nacional, convocada por nossa iniciativa e do nobre Deputado Federal Eduardo Gomes, destinada a prestigiar o Dia do Índio, não apenas para homenageá-los. Isso seria muito pouco. Afirmo, neste momento, que comemorar o Dia do Índio é apresentar o nosso sentimento de respeito às suas tradições, e registrar a necessidade de convívio com a pluralidade que eles representam é dizer que eles precisam de melhores condições para

viver em suas sociedades e ressaltar que o Congresso Nacional é um lugar onde podem vir apresentar suas demandas e tê-las ouvidas e acolhidas.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais convidados, o Brasil tem caminhado para ser um País mais justo. Todos nós temos percebido isso. A qualidade de vida do brasileiro médio melhorou nos últimos 20 anos, graças a políticas públicas que conteram a inflação e que trataram de inserir os mais pobres na economia. Essa é uma empreitada cívica que, mantida em curso, nos levará, em breve tempo, a não ser mais a sexta economia do mundo, mas um dos países mais desenvolvidos do planeta.

Digo isso porque não é só a economia que faz a grandeza de um país. Um país pode ter petróleo, pode ter ouro e minerais cobiçados, pode ser uma potência agrícola, pode ter reservas cambiais enormes e, ainda assim, não merecer o respeito da comunidade das Nações. Para ser grande, nobres pares, um país deve ser justo, deve tratar todos os seus filhos igualmente, como um pai e uma mãe tratam a sua prole. Deve respeitar os direitos fundamentais de todos os seus cidadãos, não importa de que procedência sejam, sendo irrelevante a etnia e a cultura a que estejam vinculados.

É por isso, eminentes Congressistas, digno Plenário, que o Brasil precisa olhar mais de perto e cuidar melhor de seus primeiros habitantes. Nossos povos indígenas, embora estejam recebendo atenção das autoridades governamentais, precisam dessa atenção de forma redobrada. Precisam e têm esse direito. Se têm esse direito, é dever do Estado assegurá-lo.

Os nossos irmãos índios são iguais a nós, têm o direito à vida, à saúde, à liberdade, à segurança, a bens materiais e imateriais que lhes garantam uma vida digna, um meio ambiente protegido e respeito a sua cultura. Nós temos esse direito e eles também têm. Somos todos iguais por isso, mas somos também diferentes. Os povos indígenas, por conta da perseguição histórica que sofreram, do genocídio que lhes foi imposto, precisam de cuidado por parte do Estado brasileiro. É nosso dever, de homens públicos, velar para que tais medidas protetivas sejam asseguradas. Cabe à União promover os esforços necessários. É o que manda a Constituição e é o que basta para que estejamos obrigados a lhes assistir integralmente.

Diante do mandamento constitucional, não podemos, eminentes Congressistas, conviver com a tragédia do suicídio dos índios Carajás em meu Estado, o Tocantins.

Sr. Presidente, nobres Senadoras e Senadores, isso tem me preocupado, e em audiência pública, recentemente realizada na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, requerida por mim, ouvimos,

perplexos, dos líderes Carajás que bebidas alcoólicas e drogas estão destruindo a paz da comunidade.

É preciso ter atenção a tais problemas. A Fundação Nacional do Índio foi instada por mim e por este Congresso Nacional a tomar providências neste caso. Estamos vigilantes. Não admitiremos que essa situação continue. Nossa voz não se calará enquanto essa queixa indígena, de todo procedente, permanecer.

Além disso, não podemos continuar a conviver com a realidade da subnutrição de crianças indígenas, sob as vistas do Estado e da sociedade brasileira, para nosso constrangimento como homens públicos e vergonha como cidadãos. Na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que apurou a morte de crianças indígenas por subnutrição, da qual fomos Relator, tivemos a oportunidade de diagnosticar essa chaga. O Governo brasileiro está devidamente informado dela e precisa curá-la, envidando esforços significativos para tanto. Trata-se de situação que endoa o nome de nosso País e que precisa ser resolvida urgentemente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, propomos também, desde o relatório da CPI sobre morte de crianças indígenas – eu também trouxe para o Senado Federal –, a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígena, órgão do Poder Executivo com a mesma estrutura da Secretaria Nacional da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional das Mulheres, que servirá de referência direta de interlocução com a Presidência da República para o trato dessas questões.

Já tarda a implementação dessa ideia de nossa iniciativa que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, já aprovada na Comissão de Direitos Humanos. Desejamos ver à frente dessa Secretaria de Povos Indígenas um indígena à altura de comandar seu povo, o que já temos em nosso País. Assim como temos um negro na Secretaria de Igualdade Racial e uma mulher na Secretaria Nacional das Mulheres, está na hora de termos um índio à frente da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Quantos índios qualificados temos? Portanto, temos trabalhado por isso. Não sou voz única neste Congresso. Aqui estão a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Jorge Viana, meu grande amigo e vizinho.

É preciso que o Executivo nos ouça. Temos certeza de que a sensibilidade da Presidente Dilma Rousseff – tenho o prazer de dizer que votei na Presidenta Dilma, apoiei-a em nosso Estado e a apoio no Senado Federal –, cujo compromisso social é de todos conhecido, não deixará que uma causa tão nobre seja esquecida nos escaninhos da burocracia. Esse é o apelo que fazemos, neste dia tão especial, à Presidenta Dilma.

Aqui também se encontra o Deputado Padre Couto, da Paraíba, meu grande colega quando Deputado Federal. Seja bem-vindo.

Tal secretaria, além de abreviar o diálogo com a Presidência da República, coordenaria ações hoje entregues a órgãos de Pastas diversas: a FUNAI está ligada ao Ministério da Justiça e a Secretaria de Saúde Indígena está ligada ao Ministério da Saúde.

Portanto, nós precisamos juntar essas ações porque lá, na ponta, os superintendentes não se entendem, e os índios não sabem onde tratar seus assuntos; estão completamente divididos. Por isso, há a necessidade de ações uniformes dentro da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

Sr. Presidente, nobres Congressistas, acredito que é na área da saúde que temos a maior dívida com os nossos índios brasileiros. Já relatei que crianças e jovens indígenas estão morrendo de fome e por maledicências sociais. São vidas perdidas por falta de medidas que são relativamente simples, pois dizem com cuidados essenciais.

Existem epidemias diagnosticadas que nos deixam estarrecidos. O uso de alimentos industrializados – e isso foi citado, na Comissão de Direitos Humanos, pelo eficiente Dr. Antônio, que está à frente da Secretaria de Saúde Indígena – e o sedentarismo trouxeram o diabetes para dentro das comunidades.

A saúde da mulher indígena, de modo igual, precisa de um olhar mais cuidadoso. Um órgão coordenador facilitaria essa obra conjunta, como facilitaria, também, a demonstração da necessidade de preservação dos idiomas indígenas, riqueza cultural brasileira que não pode ser sonegada às gerações futuras.

Somos capazes de brigar pelo mundo, nos diversos organismos internacionais, pela preservação de uma patente industrial, para evitar que um produto brasileiro seja prejudicado em sua competição com o concorrente internacional. Entretanto, não temos a força de propósito bastante para impedir que um legado linguístico genuinamente brasileiro corra risco de extinção. Isso precisa mudar.

Sr. Presidente, nobres Congressistas, a Rio+20 vem aí e com ela virão as reivindicações dos povos indígenas, que nela terão assento. O mundo conhecerá pela voz dos próprios índios as suas reclamações. É urgente que tenhamos respostas a oferecer a essas demandas, se não quisermos ser atropelados pela acusação de cumplicidade com esse estado de coisas.

Não basta cuidar dos animais, minerais e plantas das florestas e garantir um meio ambiente sustentável para as futuras gerações. É preciso cuidar do indígena que vive nos sertões, nos ermos verdes deste País, porque a floresta, e tudo que ela contém, em grande

parte dos casos, é dele, e nós a tomamos sem pedir licença, à força, violentamente.

Uma das minhas maiores alegrias como Senador da República, cargo que ocupo em razão de Deus e da generosidade do povo tocantinense, é poder dizer que meu mandato está também a serviço da causa dos povos indígenas.

E, no curso deste mandato, uma das maiores felicidades que tive foi assistir, em minha cidade natal, Porto Nacional, aos Jogos dos Povos Indígenas em novembro do ano passado. Foi a 11ª edição do evento, que tenho como uma verdadeira Olimpíada, porque mostra que somos muitos em nossa unidade nacional.

À frente, o brilhante líder Marcos Terena, preparado, qualificado, respeitado em nosso País, na ONU e pelo mundo afora. Tenho por V.Sa., amigo Marcos, uma amizade muito especial que já dura um bom tempo e um respeito elevadíssimo.

A vitalidade desses homens e mulheres devia servir de exemplo para nós, e iniciativas desse tipo deveriam ser vistas pelo grande público não apenas como uma curiosidade, mas como uma expressão de como este País é grande, diverso e bonito, e como são bonitos os seus diferentes filhos.

Filhos, irmãos: é isso que somos, porque se o Brasil é uma pátria, somos todos seus herdeiros e ninguém vai alcançar a felicidade sozinho se a sua família não estiver unida. Precisamos estar todos unidos nesta causa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, são essas as minhas palavras neste dia especial, nesta sessão solene, que nos serve de reflexão. Nossa mensagem de respeito, admiração e, em nome dos tocantinenses, de quem sou instrumento, o nosso compromisso com a causa dos povos indígenas, que estará sempre e cada vez mais firme e decidida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB-RO)

– Esta Presidência parabeniza V.Exa. pelo brilhante pronunciamento que fez nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB-RO)

– Eu vou abrir uma exceção. A assessoria da Mesa me informou que não é praxe convidar assessores que representam autoridades. O Presidente da FUNAI não compareceu e também não enviou o seu Secretário-Executivo para representá-lo, mas pediu à Assessora da Presidência da FUNAI, Sra. Francisca Picanço, que o representasse. Então, convidou a Sra. Francisca Picanço para fazer parte da Mesa, representando a FUNAI, até porque não há nenhuma mulher nesta Mesa. Assim a Mesa ficará mais completa.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB-RO)

– Convidado para fazer uso da palavra o Deputado Roberto de Lucena, pela Liderança do PV na Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que passo a Presidência dos trabalhos para o primeiro subscritor do requerimento da sessão, Senador Vicentinho Alves.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PV-SP)

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a quem neste momento eu saúdo de maneira especial, quero cumprimentar o Senador Valdir Raupp, que está deixando a Presidência da sessão neste momento; o Sr. Presidente que assume neste momento a direção dos trabalhos, Senador Vicentinho Alves; o Exmo. Sr. Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas na Câmara dos Deputados, Padre Ton; o Sr. Marcos Terena, Professor da Cátedra Indígena Internacional; o Sr. Antônio Alves de Souza, representante do Ministro de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Alexandre Padilha; o Sr. Mário Lisboa Theodoro, Secretário-Executivo de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a Sra. Francisca Picanço, Assessora da Presidência da FUNAI, neste ato representando o Sr. Márcio Meira, Presidente da FUNAI; as demais autoridades presentes, as Sras. e os Srs. Senadores, as Sras. e os Srs. Deputados.

Com muita honra, assumo esta tribuna para unir-me a V.Exas. nesta justa homenagem que o Congresso Nacional faz, às vésperas do Dia do Índio de 2012, a todos os indígenas do Brasil. Nesta oportunidade, quero saudar também as diversas etnias que estão representadas e presentes no plenário.

Quero, em nome da bancada do Partido Verde na Câmara dos Deputados, cumprimentar V.Exas., Senadores Eduardo Gomes e Vicentinho, pela iniciativa da proposição da presente sessão no Senado Federal, fazendo um público reconhecimento do compromisso de V.Exas. com aquelas causas que são nobres, que são dignas e que são justas.

E falar de justiça, senhoras e senhores, é hoje aqui muito apropriado. É necessário que o Brasil faça justiça ao índio tão espezinhado, tão dilapidado, tão excluído dos processos nacionais ao longo dos cinco séculos de nossa jovem história.

Falar de justiça aos povos indígenas, Sr. Presidente, é um tema por vezes constrangedor nesta Casa, especialmente neste momento, quando a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, recentemente, a PEC 215/2002, o que, na prática, significa a retirada do Poder Executivo da competência da área de demarcação de áreas indígenas.

Algumas vozes têm se levantado, Sr. Presidente, como a de V.Exa. e a do Padre Ton, nosso ilustre De-

putado Federal, na defesa dos direitos do índio, e eu tenho somado a minha voz a esse pequeno e solitário coro. E quando o faço, ocupando a tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar tantos desmandos e tantas injustiças e para questionar a política de isolacionismo de nossos índios defendida por alguns grupos, sobram-me críticas por parte de alguns espertos que me mandam recados, ameaças, dizendo inclusive que sou um “Parlamentar pé de chinelo” porque sou Parlamentar de primeiro mandato.

Não vou desistir. Não vou recuar. Não vou deixar de atuar em defesa dos povos indígenas do Brasil, não somente com o coração, mas também com todos os instrumentos e ferramentas parlamentares que me são disponíveis.

Quem sabe, Sr. Presidente, não esteja passando da hora de instalarmos uma CPI da FUNAI, como aquela que aconteceu em 1999, ou uma CPI da saúde indígena, como a que aconteceu em 2008, ambas na Câmara dos Deputados, para que possamos entender, de fato, como têm sido aplicados os recursos destinados aos povos indígenas. Para entendermos também o porquê da demora em muitos processos administrativos de demarcação de áreas e para entendermos ainda a causa de tantas mortes de crianças, motivadas por falta de assistência efetiva na área da saúde ou vitimadas por outros tipos de violência, que conta, muitas vezes, com a conivência e com o silêncio das instituições e órgãos oficiais que desenvolvem as políticas públicas indígenas neste País, e a quem caberia, em tese, a proteção desses abandonados à própria sorte.

Srs. Parlamentares, pasmem! Em muitas áreas indígenas do Brasil, a exemplo do Vale do Jari, alcançamos o maior número de mortalidade infantil do mundo. Essa realidade é muito triste. Merece ser acompanhada de perto pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, quando cheguei a este Parlamento motivado a fazer mais pelos índios, o que encontrei? Projetos de leis que aqui tramitavam há anos e que pareciam não nos sensibilizar, como o PL 2.057, de 1991, que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas, e o PL 1.057, de 2007, que tem como objetivo proteger crianças indígenas de violência.

Encontrei, também, Parlamentares trabalhando contra a demarcação de terras nas áreas indígenas, ONGs disputando entre si poder e espaço. Encontrei instituições e profissionais estrangeiros querendo nos impor como devemos lidar com nossos índios; encontrei uma FUNAI desacreditada e com uma série de problemas – e quis cooperar com a construção da busca de saídas; eu me ofereci, me voluntariei, mas sequer fui recebido. Encontrei os antropólogos divididos en-

tre as diversas correntes, e a educação e saúde dos indígenas com poucos resultados.

Encontrei – e me assustei – uma tendência cada vez maior de isolarem por completo os nossos índios, como se eles fossem meros objetos folclóricos a serem mostrados aos turistas, impondo-lhes o esquecimento, o abandono nas florestas e o não acesso aos direitos fundamentais.

Faz-se necessário, Sr. Presidente, que se coloque um ponto final nas separações, nas brigas, nas disputas e nas confusões, Deputado Amauri Teixeira. Que se ponham de lado as diferenças ideológicas, Deputado Luiz Couto. Que se unam as forças em defesa dos índios, lembrando-se sempre que eles precisam fazer parte do processo, precisam ser ouvidos e respeitados.

A boa notícia do momento vem do Superior Tribunal Eleitoral, que, em decisão inédita proferida em processo administrativo em 6 de dezembro de 2011, afirmou que o índio isolado no Brasil pode votar. A decisão, que parece absurda e foi criticada por alguns, a meu ver, representa uma das maiores afirmações de que o índio é um cidadão pleno, com direitos como todo cidadão brasileiro, e que esses direitos devem ser respeitados, esteja ele em área isolada ou não, seja ele de qualquer etnia.

Decisão, Sr. Presidente, que contradiz os relatos do jornalista australiano Paul Raffaele, autor de um documentário feito no Brasil, que ele só conseguiu produzir depois que pagou 7 mil dólares para entrar em área de índios isolados. Ele ficou lá muitos dias, filmando o cotidiano do povo suruwahá, fato que já denunciei ao Ministério Público Federal. O jornalista afirma em seu blog ter presenciado situações de total desrespeito aos direitos e à vontade dos índios, como o fato de representantes da FUNAI negarem ao índio suruwahá o direito de ter uma camiseta para se proteger dos mosquitos que ferem sua pele, sob a alegação de que camiseta não faz parte da cultura daquele povo. Ora, Deputado Amauri Teixeira, a camiseta não faz parte da cultura, mas a picada de insetos e a dor fazem?

Coisa semelhante aconteceu com os índios Zoés, que, ao pedirem panelas para facilitar o preparo dos alimentos, receberam como resposta, também de funcionários da FUNAI, que eles não tinham direito de ter panelas, pois grupos de antropólogos haviam determinado que panela não fazia parte de sua cultura.

O voto daquele Tribunal Eleitoral, que garante ao índio isolado o direito de votar, vem reafirmar que o índio tem, sim, direitos neste País. Ele tem o direito de não sentir dor, de não mais sofrer, de poder se alimentar com dignidade. Aquela decisão nos faz lembrar que o índio tem, acima de tudo – e vou me encaminhando

para o encerramento deste pronunciamento –, o direito à vida e a ser ouvido.

Que nesta sessão saímos deste plenário com os ouvidos abertos para ouvir mais os índios e com a disposição de reconhecer de fato a autoafirmação desses povos, como determina a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Finalizo, Sr. Presidente, mais uma vez cumprimentando V.Exa. pela brilhante iniciativa da proposição desta sessão solene e aqueles que estão nesta sessão, neste plenário, que têm um real comprometimento com a causa dos povos indígenas do Brasil, como V.Exa., Senador Raupp.

Viva o índio brasileiro!

Deus abençoe o Brasil!

Deus abençoe as comunidades indígenas brasileiras!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Deputado Roberto de Lucena, o Sr. Senador Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Senador Vicentinho Alves.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-T0)

– Esta Presidência registra a presença de visitas ilustres em nosso Parlamento: alunos e alunas do ensino fundamental do Colégio Soma, do Cruzeiro, e da Escola Classe Engenho das Lajes, do Gama, do Distrito Federal, que nos honram com sua presença.

Sejam todos bem-vindos a esta sessão solene.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-T0) – Concedo a palavra ao eminente Senador Valdir Raupp, pela Liderança do PMDB no Senado.

Antes, com a compreensão de S.Exa., esta Presidência convida a Senadora Vanessa Grazziotin, do Amazonas, para fazer parte da Mesa na condição de representante da Região Norte do País.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Senador Vicentinho Alves; Exmo. Sr. Deputado Federal do Estado de Rondônia e Presidente da Frente Parlamentar dos Povos Indígenas, Padre Ton; professor da Cátedra Indígena Internacional, Sr. Marcos Terena; Sr. Secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, que, nesta oportunidade, representa o Ministro de Estado da Saúde, o Sr. Alexandre Padilha; Sr. Secretário-Executivo de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Mário Lisboa Theodoro; Sra. Assessora da Presidência da FUNAI, Francisca Picanço, aqui representando o Presidente da FUNAI, o Sr. Márcio Meira – e os presentes já puderam observar que a

FUNAI está em transição, em mudanças, e, por isso, não veio o Presidente, nem o Secretário-Executivo. A propósito, espero, com todo o respeito ao atual Presidente, que fez um bom trabalho, que a mudança traga uma perspectiva de melhoria, que a mudança sempre seja para melhorar a situação dos povos indígenas –, demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, o Congresso Nacional se reúne hoje em sessão solene para comemorar o Dia do Índio. Trata-se de um marco comemorativo da maior importância para o Brasil e para os brasileiros.

O Dia do Índio é algo como a data inscrita em nossa certidão de nascimento, é o seu aniversário de povo e nação.

Ao reconhecer o papel do índio na formação de nossa nacionalidade, quero indicar que, do ponto de vista da herança genética, a maioria de nós é, em alguma medida, indígena – em proporções variáveis, é claro, mas de maneira absolutamente tangível e concreta. Poucos brasileiros não terão, de fato, entre seus avós, bisavós ou trisavós alguém que pertença a algum dos grupos indígenas que há 10 mil anos habitam a terra brasileira.

Meu pai era catarinense e tinha sangue indígena. Ele já faleceu no Estado do Rio Grande do Sul, mas, segundo as histórias que contava, seus bisavós e tataravós eram casados com pessoas de sangue indígena. Então, posso dizer que tenho esse sangue – e meu cabelo demonstra um pouco isso. Sou uma mistura de portugueses, indígenas e alemães, por parte da minha mãe.

Mais que isso, estou seguro ao afirmar que nós – absolutamente todos nós – somos legitimamente índios de uma maneira ainda mais efetiva, qual seja, em aspectos incontroversamente determinantes de nossa cultura comum, incluindo aspectos os mais variados da fala, do léxico ou do vocabulário, da Medicina, da culinária, das crenças e credícies, enfim, de um semi-fim de manifestações, todas elas brasileiríssimas, do saber popular.

Por esse aspecto preponderante, somos todos índios.

E o 19 de abril é como se fosse, nessa peculiar perspectiva que ora desenvolvo, uma segunda data nacional, porque também essa data – a exemplo do 7 de Setembro – incorpora um fundamento essencial de nossa identidade como povo.

Afora isso, há um segundo lado que gostaria de relembrar nesta ocasião festiva: o fato de que, após séculos de descaso, de exploração e de desinteresse, algo parece estar de fato mudando na situação das comunidades indígenas, que, por força de complexos, mas decisivos processos históricos, ainda mantêm sua

identidade originária, a par, decerto, daquela outra, que compartilham com o restante da sociedade brasileira.

E, deveras, segundo informações fornecidas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a despeito das muitas dificuldades que ainda subsistem, há fatos a comemorar.

Assim, os estudos recentes comprovam que a população indígena vem aumentando com bastante rapidez ao longo das últimas décadas. Com isso, as mais de 220 diferentes etnias que constituem o contingente indígena do povo brasileiro já somam mais de 800 mil pessoas, distribuídas pelos pontos mais diversos do território nacional.

Embora constituindo um extrato equivalente a menos de meio por cento da população brasileira, de um ponto de vista meramente estatístico-

demográfico, eles congregam no âmbito étnico-cultural uma parcela absolutamente relevante da nossa diversidade.

Essa diversidade, por sua vez, vem concretizada num leque impressionantemente extenso de ativos, de cultura, representado, entre outros bons exemplos, pelo uso cotidiano de mais de 180 línguas, pertencentes a mais de 30 grupos linguísticos autônomos.

Outra notícia relevante, Sr. Presidente, é a de que a quantidade total de terras indígenas aumentou. Hoje, há quase 700 perímetros identificados, além dos casos esparsos de ocupação de áreas consideradas urbanas. Fora isso, há referências a 77 grupos indígenas, não contatados, 30 dos quais já tiveram sua existência efetivamente confirmada, além de alguns casos em que o reconhecimento solicitado por comunidades específicas ainda tramita na FUNAI.

A esse respeito, ainda há pouco, eu comentava com a assessora da Fundação Nacional do Índio como seria bom se todos os parques nacionais, todas as reservas extrativistas ou florestais estivessem sob o domínio dos índios, porque não vejo mais ocupação de reservas indígenas, mas vejo constantemente ocupações de reservas florestais, de parques nacionais. Isso ainda continua acontecendo.

Então, se os parques nacionais e as reservas florestais que não são reservas indígenas fossem entregues aos cuidados de alguma etnia indígena, certamente seriam muito melhor preservados do que estão hoje pela União e pelos Estados.

Abro um parêntese aqui para falar da importância e da necessidade de o Governo Federal ajudar os índios a explorarem as riquezas naturais em suas terras, para que elas possam ser revertidas em renda para a população indígena.

Do que adianta uma etnia indígena viver num solo ou numa floresta riquíssima, a exemplo da Reserva dos

Cintas-Largas, na Reserva Roosevelt, que pega parte de Rondônia e parte de Mato Grosso, se isso não se converte em benefício para ela?

De vez em quando, a imprensa noticia que as maiores reservas de diamante de boa qualidade do mundo estão na Reserva dos Cintas-Largas, uma área de mais de 2 milhões de hectares. Boa parte dessa riqueza já saiu de forma clandestina, enriquecendo, talvez, pessoas que não têm nada a ver, às vezes, nem com o Brasil, muito menos com as etnias indígenas.

No passado, no Governo do Presidente Lula, aconselhei o Ministro da Justiça nesse sentido, sugerir que, se o Governo Federal implantasse um sistema de exploração sustentável nas reservas onde há minério, e a Caixa Econômica Federal, oficialmente, comprasse a produção, seria possível devolver a essas etnias indígenas tal riqueza. Porque, hoje, além de os índios não terem acesso a essa riqueza, muitas vezes elas saem clandestinamente para outros países.

O mesmo ocorre com a madeira. Algumas madeiras da reserva são roubadas, outras vendidas aviltadamente, também sem maior aproveitamento para as etnias indígenas.

Aproveito, então, para fazer um apelo ao Governo Federal, ao Ministério do Meio Ambiente e a todos os órgãos envolvidos nessa área do crédito de carbono. Um cacique de Rondônia, o Almir Suruí, conhecido internacionalmente e que já teve até patrocínio do Google, que o divulgou no mundo todo, está trabalhando para ver se consegue fazer com que sua reserva receba créditos de carbono.

Talvez seja uma fonte de renda importante para as etnias indígenas o crédito de carbono, uma vez que 99% das florestas em reserva indígena estão preservadas, não foram derrubadas. Talvez esteja aí uma fonte de riqueza. E é preciso encontrar um caminho, porque a FUNAI, sozinha, não dá conta. Está provado que não dá conta.

O Senador Jorge Viana – e quero parabenizá-lo pelo trabalho que fez no Governo do Acre, um trabalho que está sendo seguido pelo Governador de Rondônia, o Dr. Confúcio Moura – criou um órgão específico para cuidar do índio: a Secretaria do Índio. Por quê? Porque a União, por meio da FUNAI, não consegue fazê-lo, o Brasil é muito grande, é muito disperso. Por mais que ela se esforce, por mais boa vontade que tenha, não consegue atender todas as etnias indígenas deste País.

Então, os Estados também têm de ajudar. Isso, se cada Estado criar uma estrutura. Quando fui Governador, destinei até convênios para as reservas indígenas, para que os próprios índios pudesssem trabalhar, ter sua educação, saúde e subsistência. Eram recursos do Banco Mundial. Peguei parte dos recursos de um

convênio com o Banco Mundial e pedi que se firmasse um convênio com as reservas indígenas do Estado.

Graças a Deus, a Deputada Marinha Raupp e eu preservamos até hoje boa amizade e boa relação com todas as tribos e etnias indígenas do meu Estado.

Não haverá maior contradição, Sr. Presidente, se persistir, em determinadas áreas, a convivência de um povo ainda em miséria com um solo e um subsolo plenos das nossas maiores riquezas naturais. O povo indígena e as nossas riquezas naturais, longe de uma contradição, têm de ser tratados com a mais perfeita sintonia, porque ninguém melhor do que os índios para nos orientar na essência do que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável.

Esse quadro, entretanto, não quer dizer que o Brasil viva um período de ingenuidade na convivência com todas essas culturas e etnias. Tal como em toda e qualquer sociedade humana, sabemos que as culturas indígenas se modificam e se reelaboram com o passar do tempo.

O contato com os conteúdos culturais de origem europeia e africana tem alto poder transformador, mas não é o único a determinar mudanças que, de qualquer forma, aconteceriam no seio dessas sociedades. E o que hoje se verifica é um respeito maior para com essa realidade e a aceitação do fato de que essas novas influências, embora marcantes, não descharacterizam a identidade étnica e cultural desses povos, nem a sua liberdade ou sua vocação para uma vida própria no seio da nacionalidade brasileira, verdadeiro patrimônio coletivo de todo o povo desta Terra de Santa Cruz.

Assim, senhoras e senhores, o índio – o mesmo índio que ensinou ao europeu e ao africano os meios de viver e de sobreviver nesta terra americana – ainda nos ensina a todos a tolerância em face do diferente, do diverso, do não igual. Esse é um roteiro de aprendizado que, iniciado há quinhentos e poucos anos, não parece estar perto de seu final.

Saudo, portanto, o 19 de Abril – esse outro 7 de Setembro – como aquilo que ele realmente é: uma celebração plena, integral da saga do povo brasileiro, iniciada há 10 mil anos e ainda hoje emocionante, capaz de melhor nos postar em face de um futuro que haveremos de construir com brilho eterno.

E o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-TO) – Esta Presidência registra a presença do Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia, e, mais uma vez, do Padre Luiz Couto, do PT da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-TO) – Concedo a palavra ao Padre Ton, do PT de Rondônia.

O SR. PADRE TON (PT-RO. Sem revisão do orador.) – Saúdo o Exmo. Sr. Presidente, o Senador Vicentinho Alves, autor do requerimento de realização desta sessão em homenagem aos povos indígenas; o Prof. Marcos Terena; o Sr. Antônio Alves de Souza, Secretário Especial de Saúde Indígena, que aqui representa o Ministro da Alexandre Padilha; o Sr. Mário Lisboa Theodoro, Secretário-Executivo de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a Sra. Francisca Picanço, Assessora da Presidência da FUNAI, que aqui representa o Sr. Márcio Meira, Presidente da FUNAI, e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Em nome do Padre Luiz Couto, saúdo os Deputados Federais presentes e o Senador Valdir Raupp, do meu Estado, Rondônia.

Aproveito para convidar os Senadores para se juntarem à Frente Parlamentar dos Povos Indígenas, instalada na Câmara dos Deputados, visto que os índios são minoria no Brasil e não têm representatividade nas nossas duas Casas.

A Frente Parlamentar dos Povos Indígenas é muito ativa. Ela atua no Legislativo e externamente. Comissão externa também acompanha a situação dos guaranis-caiovás no Mato Grosso do Sul.

Esta semana, em todos os países do continente americano, é dedicada aos povos indígenas à preservação de suas culturas, à defesa do direito originário sobre as terras tradicionalmente ocupadas por esses povos, que viviam nas Américas, antes da chegada de Cristóvão Colombo, em 1492, à inclusão digna e autônoma das populações indígenas nas sociedades nacionais – nos sistemas de saúde, de educação, de segurança pública – e ao combate a todos os tipos de discriminação.

Na próxima quinta-feira, dia 19 de abril, celebraremos também no Brasil o Dia do Índio.

O sentimento que melhor expressa a realidade desses nossos irmãos está sintetizado no fragmento de um poema de Paulo Kwamme sobre esta data, o qual tomo a liberdade de declamar nesta tribuna.

“Quem mandou ser amigo da natureza
e falar a língua da mata e conhecer as vozes
dos animais, seus parceiros do mesmo lugar?
O branco, que vindo das terras pisadas cuja
ambição da conquista fluíram no sangue de
posseiros que ainda matam ou aprisionam
como se fossem suas propriedades.

E o índio que na noite via um céu estrelado e dormia o sono dos justos, de repente,
sentiu em sua carne o fogo de bacamartes. E
viu nas suas mulheres e filhas o peso de doenças jamais sentidas, dos podres visitantes.
Eles acreditavam no seu Deus. Mas o branco

em uma missa abençoava o lugar como seu.
Os curiosos mal suspeitavam de sua desgraça.

Desde lá, até hoje, suas terras, seus rios e suas caças são restritas como reservas demarcadas por brancos. E muita gente tem vontade de exterminar essa raça infeliz que atrapalha seus bons negócios. Será que sentimos vergonha?”

Tornamo-nos, este ano, a sexta maior economia do mundo, mas nessa corrida desenfreada em busca do primeiro lugar nos esquecemos de boa parte dos brasileiros, principalmente daqueles que deveriam ser os primeiros, por primeiro conhecem e protegerem essa terra.

O Brasil está melhorando, disso eu não tenho dúvida, mas não podemos fechar os olhos para a realidade de que para os índios só ficam os impactos negativos dos grandes projetos hidrelétricos, de mineração, de infraestrutura de transporte e do avanço voraz do agronegócio.

Nesse campo, Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados, o Estado brasileiro não está cumprindo sequer a Constituição Federal, que no *caput* do art. 231 estabelece:

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Passados 25 anos da promulgação desse belíssimo texto constitucional, nem mesmo as terras indígenas foram demarcadas. Há mais de 100 processos na fase inicial de estudos, esperando algum tipo de providência para avançarem para as próximas etapas.

O reconhecimento do direito constitucional dos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas tem esbarrado no poder econômico representado por empresas agropecuárias, mineradoras, madeireiras e, principalmente, por forças conservadoras infiltradas no Poder Judiciário.

Os processos demarcatórios são verdadeiras batalhas judiciais, enfrentando todo tipo de interferências externas. São concedidas liminares até mesmo para impedir a realização de estudos antropológicos, sem os quais não há como saber se uma terra é ou não é tradicionalmente ocupada por populações indígenas.

Mais grave, senhoras e senhores: este Poder Legislativo, num flagrante absurdo de extrapolação de suas competências, quer cassar o poder originário do Constituinte de 88, revogando os arts. 231 e 232, no tocante à demarcação das terras, condicionando esse direito à vontade política de um Congresso onde

os índios não têm assento, e, pelas regras atuais, jamais terão.

As PECs 215, da Câmara, e 038, do Senado, por exemplo, são escandalosamente inconstitucionais. Mesmo assim, ao arrepio do Estado de Direito, continuam avançando nos escaninhos deste Congresso, movidas pelo *lobby*, sem limite, de grupos econômicos interessados nas terras indígenas.

Infelizmente, não há motivos para festa neste Dia do Índio, vivemos uma onda de ataque aos direitos dessa população e de violência à sua integridade física e cultural, de falta de assistência social elemental, jamais vista.

Os povos guarani kaiowá, no Mato Grosso do Sul, são personagens de uma fotografia dramática da realidade vivida pelos índios do Brasil. Estão sendo assassinados, um a um, os que levantam a voz para cobrar uma solução em relação à demarcação de suas terras. Lotam as cadeias – eu visitei em Dourados –, sem ao menos saberem o crime pelo qual estão sendo acusados. Moram nas beiras das estradas – também visitei –, sem o mínimo de dignidade.

A Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, a qual tenho orgulho de pertencer e coordenar, está desenvolvendo uma agenda de 15 pontos prioritários, que segue anexa a este pronunciamento, em que o PL nº 2057/91, que trata do Estatuto das Sociedades Indígenas, é o item de número 1. Espero que o Presidente da Câmara, o Deputado Marco Maia, antes do fim do seu mandato, dê mais essa demonstração de republicanismo, pautando o PL 2.057.

Também tenho a honra de presidir a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 1.610, de 1996, que regulamenta a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas.

Espero que, nesse caso, possamos produzir uma legislação moderna e avançada, mas que, principalmente, preserve a integridade física e cultural das comunidades indígenas. Não podemos, de forma irresponsável, permitir a entrada indiscriminada de empresas mineradoras nas terras indígenas, sem que haja uma regulamentação clara em que os verdadeiros interesses nacionais estejam colocados acima de tudo.

Portanto, para finalizar, quero cumprimentar os autores da iniciativa de realizar esta sessão, o Senador Vicentinho e o Deputado Eduardo Gomes, representantes do Estado do Tocantins. Precisamos tornar espaços como este cada vez mais frequentes em ambas as Casas do Congresso Nacional, com a finalidade de acelerar as matérias de interesse dos povos indígenas e barrar as iniciativas contrárias.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado. (*Palmas.*)

PAUTA A QUE SE REFERE O ORADOR
Pauta Prioritária da Frente Parlamentar
de Apoio aos Povos Indígenas

1. Criação de Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 2057/1991 (e os 36 PLs apensados), que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas.

2. Audiência com a Presidenta da República, Dilma Rousseff, para agilizar a assinatura do decreto instituindo a Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI.

3. Realizar uma campanha com a finalidade de sensibilizar a opinião pública e, principalmente, os tomadores de decisões sobre a importância das sociedades indígenas e a necessidade de consolidar/avançar na garantia dos seus direitos.

4. Fazer gestão junto aos Ministros e Ministras do TSE com a finalidade de pautar o julgamento das ações movidas pelos povos Pataxó (BA) e Guarani Kaiowá (MS) em defesa de suas terras.

5. Propor na Comissão Especial destinada a dar parecer ao PL 1610/96 uma agenda ampla de consultas às populações indígenas em relação à extração mineral em terras indígenas com a finalidade de subsidiar o relatório da Comissão.

6. Aprovação do PL nº 3571, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI, e dá outras providências.

7. Atuar no sentido de obstruir toda e qualquer iniciativa que possam reduzir ou prejudicar de alguma forma os direitos já conquistados pelos indígenas.

8. Construção junto aos organizadores da Rio+20, de um espaço dedicado à manifestação dos povos indígenas, oportunizando um debate amplo sobre as contribuições desses povos na conservação do meio ambiente assim como formas de aperfeiçoar os instrumentos de integração entre os povos indígenas e a sociedade envolvente (Nada por nós sem nós).

9. Contribuir para desenvolver a ideia de organizar um Fórum Indígena Mundial, nos moldes dos Jogos Indígenas realizados no Brasil, para construir uma agenda internacional que possa fortalecer os direitos indígenas.

10. Dialogar com o Governo Federal a fim de estabelecer um modelo adequado de saúde indígena, pois o modelo atual é apontado como a principal fonte de agressão e desrespeito, inclusive, cultural.

11. Da mesma forma, considerando que dados do Ministério do Desenvolvimento Social indicam que cerca de 90% da população indígena vivem com condições de pobreza extrema, discutir com o Governo Federal ações concretas para superar essa realidade.

12. Considerando que a SEPIR não tem incorporado adequadamente a questão indígena em seu escopo de atuação, construir um diálogo com a Presidência da República com vistas a definir um “lugar” para os povos indígenas na estrutura do Governo Federal.

13. Fazer gestão para que a língua materna seja respeitada como primeiro idioma dos indígenas no processo educacional, reconhecida e aplicada em todas as formas de relacionamento dos povos com o Estado Nacional.

14. Trabalhar para a criação da Universidade do Índio e da Escola Técnica e Tecnológica indígena, voltados à promoção da cultura e dos valores indígenas e para a formação profissional desses brasileiros.

15. Em relação à questão da representação indígena nos parlamentos, atuar no sentido de criar um sistema que assegure a eleição de representantes autênticos e legitimados dos povos indígenas nos espaços de tomada de decisão.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-TO) – O próximo 19 de abril, além do Dia do Índio, é o Dia do Exército Brasileiro. Portanto, queremos render igualmente nossas homenagens ao Exército Brasileiro. É também o dia da Declaração da Independência da Venezuela e o aniversário do meu saudoso pai, o Comandante Vicentão – que Deus o tenha. Assim, com muita alegria e muito prazer, deixo registrado o aniversário do Comandante Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-TO) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Senador Vicentinho Alves, grande companheiro, grande Parlamentar, grande representante do Estado do Tocantins, a quem cumprimento pela iniciativa de realização desta sessão do Congresso Nacional.

Exmo. Sr. Deputado Federal Padre Ton, que preside a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e que acabou de se pronunciar da tribuna, gostaria de fazer neste momento uma saudação à memória de nosso querido companheiro e ex-Deputado Federal Eduardo Valverde. A exemplo de V.Exa., ele era Deputado pelo Estado de Rondônia e, durante muitos anos, presidiu a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

Então, nesta sessão em que comemoramos o transcurso de mais um Dia do Índio, que possamos nos lembrar de Deputado Eduardo Valverde, companheiro que deu grandes contribuições à luta dos povos indígenas e que faleceu em acidente de carro extremamente trágico no Estado de Rondônia.

Meus cumprimentos ao professor de Cátedra Indígena Marcos Terena, por intermédio de quem cumprimento todos os representantes dos povos indígenas, aí incluído o companheiro do meu querido Estado do Amazonas aqui presente.

Meus cumprimentos aos representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria Especial de Saúde Indígena, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social e da FUNAI.

Por fim, meus especiais cumprimentos à Sra. Joana Mundurucu, que aqui está representando todas as mulheres indígenas do País.

É uma alegria participar deste evento, porque comemorar o Dia do Índio não é comemorar os índios, mas comemorar o País, a nossa própria Nação. E penso que comemorações festivas estimuladas por datas de forte impacto na construção da memória e da identidade nacionais, como o Dia do Índio, possuem o mérito de abrir uma janela para a reflexão do tema. É assim no que diz respeito aos índios, é assim no que diz respeito às mulheres, enfim, é assim em todas as datas importantes deste País.

O contributo das populações indígenas para a construção do Brasil que conhecemos constitui tema clássico da tradição intelectual brasileira, sempre revisto pela produção científica no campo da História, da Antropologia e demais ciências humanas afins.

Para a tradição conservadora, que compreendia a descoberta e a colonização do Brasil como um movimento intencional e exclusivo do agente colonizador, no caso, os portugueses, a nossa história principiaria com a chegada da esquadra de Cabral aos trópicos, fazendo tábua rasa do passado. Naturalmente, a revisão crítica dessa perspectiva, que obscurecia o contributo histórico dos povos autóctones, resultou na consideração da história a partir do ponto de vista dos vencidos.

Em tal perspectiva crítica, tratava-se, enfim, de reconstituir o silêncio dos vencidos por meio da elaboração de uma história a contrapelo.

No campo dos estudos sobre a formação histórica do Brasil, passou-se a considerar de que maneira as populações indígenas, sem desconsiderar os efeitos catastróficos do fato colonizador para a sua sobrevivência, inclusive demográfica, puderam ser vistas como elementos ativos na configuração do processo colonizador.

Sérgio Buarque de Holanda, na obra clássica *Raízes do Brasil*, chamava atenção para a plasticidade da colonização portuguesa na América. Caracterizava a atitude dos colonizadores portugueses como “realismo fundamental que renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais (...). Que aceita a vida, em suma,

como ela é, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria”.

Assim, esse “*tosco e chão realismo*”, como o notável historiador definia a expansão dos portugueses no mundo, fez com que a colonização portuguesa, “*obra de prudência, de juízo discreto, de entendimento que experiências fazem repousado*”, passasse a incorporar práticas dos povos nativos, no caso do Brasil, os indígenas.

A ação colonizadora dos portugueses, segundo Buarque de Holanda, realizou-se, aqui por uma contínua adaptação a condições específicas do meio americano. Excelente exemplo dessa atitude colonizadora, a experiência do sertanismo paulistano tornou-se possível pela incorporação da gramática da sobrevivência aborígene ao modo de vida colonial.

Os bandeirantes paulistas, tal como o Avatar de James Cameron, especializaram-se em sobreviver nas condições inóspitas da colonização, assimilando práticas dos indígenas que preavam e com os quais, muitas vezes, construíram a sua descendência.

Os colonos absorveram as habilidades venatórias e caçadoras dos indígenas, tornando-se aptos a sobreviver nas condições inóspitas das florestas brasileiras, assimilaram seus hábitos de vida e sua cultura material, da alimentação às moradias, das técnicas de produção à botica da natureza.

Essa brevíssima digressão histórica, Sras. e Srs. Parlamentares, convidadas e convidados, que fiz animada pela leitura da obra daquele historiador que gostava de ser conhecido como o pai de Chico Buarque, tem a intenção de destacar as matrizes multiculturais da formação histórica de nosso País.

Como podemos, então, considerar a questão indígena nos dias de hoje, Sr. Presidente, visto que ninguém mais tem dúvidas sobre o reconhecimento da importância dos povos indígenas na formação histórica milenar de nossa Nação?

E estamos falando de uma população em crescimento, pelo menos é o que nos informam os dados censitários. Desde que a população indígena passou a ser contabilizada nos censos demográficos brasileiros, a partir de 1991 – e só a partir de 1991, Deputado Padre Ton –, registrou-se significativo aumento do número de pessoas que se autodeclararam indígenas.

Em 1991, o grupo indígena contabilizava 294 mil pessoas. Em 2000, com crescimento anual superior a 10%, chegamos a 734 mil indígenas no Brasil. O último Censo, em 2010, assinala a continuidade do crescimento populacional indígena, não obstante certa desaceleração de ritmo, pois registrou o número global de 817 mil pessoas – aproximadamente 0,4% da

população brasileira. E esses indígenas, é bom que se diga, estão distribuídos em 688 terras indígenas.

Em outros termos, temos claro que estamos em condições de valorizar melhor o contributo autóctone para o desenvolvimento econômico nacional, de forma que as práticas preconceituosas e marginalizadoras de tratamento dos povos indígenas não raro têm merecido a desaprovação coletiva da sociedade. Muitos já não se sentem constrangidos em reconhecer a sua identidade nativa; ao contrário, passaram a considerá-la motivo de orgulho e de consideração. A causa indígena passou a ser uma causa brasileira.

Historicamente, os povos indígenas sempre estiveram associados à minha região, a nossa querida Amazônia. E não me refiro aqui apenas a sua parte mais tradicional, mas à Amazônia Legal, da qual o Estado do Senador Vicentinho faz parte. O meu Estado do Amazonas está entre as Unidades da Federação com maior percentual de população indígena. Segundo o Censo de 2010, existem no meu Estado em torno de 170 mil indígenas, num universo de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, o que significa dizer uma população de 0,5%, muito acima da média nacional.

Os povos indígenas do Amazonas são caracterizados pela diversidade cultural e linguística e compõem 65 grupos, com crescimento considerável de organizações nos últimos tempos. Nesse sentido, os povos indígenas vêm se firmando como atores centrais no desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, apontando para o forte potencial econômico representado pelo estoque de saberes e técnicas aborígenes em vários ramos de conhecimento.

Em conclusão, Sras. e Srs. Parlamentares, convidadas e convidadas, neste dia em que se comemora o índio brasileiro, devemos reconhecer a dívida do País com os indígenas na construção do percurso histórico nacional, muitas vezes à custa do sangue e do sacrifício de incontáveis vidas.

Lembro aqui o exemplo do que temos como lenda, mas que se diz fazer parte da história: o índio Ajuricaba, que viveu em terras amazônicas e preferiu morrer a ser escravizado pelos colonizadores. Ajuricaba é hoje, não só para os indígenas, mas para todos, um exemplo de resistência de um povo que dá a própria vida pela liberdade e pela independência de sua nação e de seu povo como um todo.

Porém, cabe destacar com a mesma intensidade o vento de esperança que sopra das florestas no sentido de resgatar o contributo que os povos indígenas oferecem para desatar alguns nós dos grandes desafios que assomam na construção do futuro de nosso País.

E, ao falar no futuro do País – não quero aqui repetir o que disse o Deputado Padre Ton, que preside a

Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas –, lembro que há alguns desafios que devemos tomar em nossas mãos, pois o Brasil avança muito quando resgata a dívida do direito do índio à demarcação de sua terra. É certo que o Brasil ainda não tem suas terras indígenas totalmente demarcadas. Na Bahia, estamos assistindo a um conflito importante, e, se não houver uma intervenção rígida, democrática e responsável do Estado no sentido de solucionar o problema, poderá haver um conflito maior ainda entre povos indígenas que reclamam a terra e aqueles que a ocupam.

Avançamos muito nos últimos anos no que diz respeito à demarcação da terra indígena, mas vejo isso apenas como um passo entre tantos outros que têm de ser dados, porque não basta entregar a terra e deixar os povos indígenas sem nenhuma assistência, sem nenhuma possibilidade de melhorar sua qualidade de vida.

Garantir e preservar a cultura não significa isolar o índio e colocá-lo à parte do desenvolvimento e dos avanços tecnológicos do Brasil e do mundo. O índio quer ver seus filhos na escola, quer ver seus filhos formados, até porque sabe que essa é, inclusive, uma forma de preservar a sua cultura e os seus costumes. Não podemos permitir que continuem os índios em sua terra sem a assistência devida e sem a possibilidade do desenvolvimento.

Portanto, quero aqui concordar com o Presidente da Frente Parlamentar sobre a necessidade de analisarmos projetos importantes que lhes dizem respeito, como aquele que regulamenta o uso da terra no processo de mineração. O próprio Estatuto dos Povos Indígenas precisa ser revisto, precisa ser aprovado em total respeito aos direitos que essa parte da população do nosso País tem sobre suas terras, sobre suas riquezas.

Entim, são questões que o Governo Federal e o Congresso Nacional, principalmente, têm de abraçar como causa prioritária, para que possamos obter esses avanços significativos. Não basta a terra – repito –, é preciso o desenvolvimento sustentável. E os índios, cada vez mais, Prof. Terena, são responsáveis pelo seu destino, dividindo com a sociedade brasileira a responsabilidade pelo nosso desenvolvimento maior.

Então, quero cumprimentá-los pelo transcurso do Dia do Índio, destacando que essa comemoração se dá com os avanços nos direitos de todos, que, respeitados, significam a consolidação da própria democracia brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-TO) – Concedo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia.

Registro em nosso meio a presença do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem dado uma atenção especial à causa dos povos indígenas.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos. Primeiro, quero parabenizar o Senador Vicentinho Alves e o Deputado Eduardo Gomes, ambos do Tocantins, pela iniciativa desta sessão. Nós nos lembramos muito pouco, e também as instituições deste País, das questões indígenas, dos problemas que afetam os povos indígenas. Eu sei que é importante e simbólica esta sessão, mas nós não podemos ver os povos indígenas, as comunidades indígenas, como elementos do nosso folclore, sendo lembrados apenas em um dia determinado. Os povos indígenas são parte viva da nossa sociedade, são a parte mais legítima do povo brasileiro. São eles os iniciadores de toda a nossa história.

Por isso, parabenizo V.Exa., mas chamo a atenção para o fato de que nós devemos, todos os dias do ano, estar atentos aos problemas indígenas. Sem dúvida alguma, os povos indígenas são aqueles mais marginalizados, mais esquecidos e mais desprezados por toda a sociedade e suas políticas. Apesar da legitimidade, apesar de, como disse a Senadora Vanessa Grazziotin, a causa indígena ser uma causa não de poucos, mas de todos os brasileiros, é uma causa que não tem tido a atenção concreta. Tem tido uma atenção simbólica, mas não tem tido uma ação concreta do Estado brasileiro para reverter a situação de degradação e de ameaça a esses povos. Basta ver o que está acontecendo na Bahia, com os pataxós hâ-hâ-hâes, que, na demarcação de suas terras, foram isolados em um miolo. E não há um corredor de saída para esses povos, que permanentemente são fustigados, ameaçados e violentados por fazendeiros daquela região.

Conclamo o Supremo Tribunal Federal para uma ação. Já estivemos algumas vezes com a Ministra Cármem Lúcia, que tem-se mostrado comprometida, ciente. Já fez, inclusive, três visitas à área de conflito, mas o Supremo tem adiado esse julgamento, Terena, de anulação dos títulos dos fazendeiros naquela área tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas. Todas as evidências antropológicas já definiram que aquela é uma área tradicionalmente ocupada por povos indígenas e, se é assim, nos termos da Constituição Federal, pertence aos índios e deve ser demarcada enquanto tal.

O conflito entre povos indígenas e muitas vezes entre quilombolas, que têm a mesma raiz, ocorre pela não demarcação de terra. Essa indefinição leva ao conflito, porque os fazendeiros o tempo todo tendem a avançar sobre as terras indígenas. Nós já avançamos na demarcação de terras lá no Norte, mas na Bahia

temos uma série de conflitos que queremos que sejam resolvidos. Queremos que o Supremo não só julgue, mas que anule esses títulos, para garantir a sobrevivência digna desses povos, a fim de que ela se dê centralmente com a definição do seu *locus*.

A terra é o elemento central na definição de uma vida digna, com autonomia. O Estado brasileiro tem débito com os povos indígenas? Sim, inclusive na área de saúde. Saiu da FUNASA essa atribuição, e ela nunca cumpriu bem esse papel. E agora de quem é, do Ministério da Saúde? Do Estado-Membro? Temos dificuldades de atuar. Inclusive estivemos com o Subsecretário de Saúde na Bahia. Há uma enorme dificuldade depois que se retirou da competência da FUNASA a atuação na saúde indígena. E quando eu falo assim não estou me referindo apenas ao Ministério da Saúde, estou falando do aparelho do Estado como um todo: os Estados-Membros, os Municípios.

O Estado tem que prestar assistência digna à saúde dos povos indígenas. O Estado tem que prestar outros tipos de assistência aos povos indígenas. São débitos enormes. Mas sobretudo é preciso garantir vida digna aos povos indígenas, autonomia aos povos indígenas, respeitando sua cultura, respeitando suas crenças.

Na área da saúde, nós não podemos impor um modelo de saúde “hospitalocêntrico”, um modelo ocidental, desrespeitando as tradições e o conhecimento das comunidades indígenas.

Educação é importante. É importante a educação dos povos indígenas? Sim. Mas não pode ser uma educação imposta, como a feita no período colonial pelos portugueses. A educação deve dar a eles inclusive a opção de acessarem nossa forma de conhecimento, e deve valorizar sobretudo o resgate da sua cultura e do seu conhecimento.

E só assim nós resgataremos o débito que temos com essas comunidades, respeitando sua cultura, respeitando sua tradição e garantindo-lhes o direito que têm a seu espaço na terra.

Mas há uma espécie de preconceito que é mais uma disputa de um segmento agressivo, de um segmento reacionário da sociedade brasileira: o agronegócio. O agronegócio disputa terras com os indígenas, com quilombolas, visando lucro imediato, e faz o maior uso de agrotóxicos em todo o mundo. No Brasil, o agronegócio é a área que mais usa agrotóxicos, que mais agride o meio ambiente, que mais devasta. É o agronegócio que está disputando com os indígenas, fomentando a violência. Esse é um segmento que tem que ser contido pelo Estado.

Alguns aparelhos do Estado, como vimos na Bahia, prestam-se, muitas vezes, a ser capitães do

mato dos senhores da terra. A Polícia Federal, na ação que houve na Bahia, mostrou-se mais como um capitão do mato. Eu duvido, Terena, que a Polícia Federal destrua uma Igreja Católica numa ação de reintegração; eu duvido, Terena, que a Polícia Federal destrua um templo evangélico. Mas, num pedido de reintegração, ao adentrar terra indígena, ela destruiu os símbolos religiosos do povo indígena.

Estão garantidas pela Constituição a liberdade de crença, a liberdade de manifestação, a preservação dos locais de culto. Essa preservação que está na Constituição não se refere só aos cultos ocidentais, mas aos de todos os povos, pois todos têm o mesmo direito. A Polícia Federal destruiu os símbolos religiosos e colocou uma autoridade religiosa de joelho. Eu duvido que ela fizesse isso com um padre ou um pastor.

Este é um momento em que talvez a sociedade brasileira até esteja ameaçada de retrocesso em relação aos povos tradicionais. Dia 18, haverá o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN que vai definir a demarcação de terras, sobre o decreto baixado pelo Presidente Lula. Passamos aqui recentemente, mostrando este momento de retrocesso.

Foi admitida, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a PEC nº 215, que transfere para o Congresso a demarcação de terras dos povos indígenas e dos quilombolas. Isso significa não demarcar, pois a Constituição diz que a demarcação é um ato administrativo de competência do Executivo. Ato administrativo não é praticado pelo Poder Legislativo, quem pratica o ato administrativo é o Poder Executivo. Então, pela própria Constituição, demarcação de terra é uma atribuição do Poder Executivo.

Eles querem transferir isso para o Congresso não para que haja maior controle, mas para impedir que se avance na demarcação da terra e se assegurem os direitos dos povos indígenas.

Então, este é um momento extremamente complicado na sociedade brasileira. Um indício disso é o fato de os ruralistas terem nos derrotado frigorosamente, na Câmara dos Deputados, em relação ao Código Florestal. Eles estão eufóricos com essa derrota. Eles se acham responsáveis pelo desenvolvimento econômico do País, porque ainda têm um peso na nossa balança de comércio exterior, e por isso avançam nos direitos dos povos tradicionais.

Mas nós haveremos de resistir como resistiram até hoje os povos indígenas. Não permitiremos que haja retrocesso em relação aos direitos das comunidades tradicionais, principalmente os direitos da comunidade mais marginalizada e discriminada, que são os povos indígenas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-TO)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, à qual tenho muito prazer de pertencer.

Antes, registro, com muita alegria, para conhecimento do Dr. Antônio, Secretário Especial de Saúde Indígena, que este Senador da República oficializou à Casa Civil a destinação de 400 mil reais para a saúde dos povos indígenas do Tocantins. Para a FUNAI, serão duas caminhonetes para os nossos índios caipós do Xingu. Então, já estão destinados dois veículos para os índios do Xingu. E, para o Tocantins, o nosso Estado – a Maria está aqui, inclusive, representando o Governador Siqueira Campos –, destinamos 400 mil, que já está oficializados junto à Casa Civil.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Vicentinho Alves, quero, primeiramente, justificar a minha ausência aqui. Eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos, onde debatia exatamente – o Deputado Amauri Teixeira esteve lá –, essa decisão que o Supremo pode tomar quanto ao decreto que garante a titularidade das terras quilombolas, o que preocupa todos, sejam povos indígenas, sejam quilombolas.

Somente por isso, meu amigo Vicentinho Alves, eu não estava aqui, desde o início, assistindo a esta importante sessão de homenagem.

Então, meus cumprimentos ao Senador Vicentinho Alves, que preside a sessão, e ao Deputado Amauri Teixeira, aqui presente. Para ser direto e ganhar tempo, meus cumprimentos ao meu amigo Marcos Terena; meus cumprimentos ao meu amigo Mário Lisbôa Theodoro, da SEPPIR; meus cumprimentos ao Secretário Especial de Saúde Indígena, companheiro Antônio Alves de Souza; e meus cumprimentos à Assessora da Presidência da FUNAI, Sra. Francisca Picanço. Citados todos rapidamente, sintam-se todos no plenário também citados.

Qual é o problema de quem chega atrasado para falar? Ele pode repetir aquilo que todos os outros disseram, enquanto os senhores podem pensar: “*Ele está repetindo tudo o que eu já ouvi.*” Mas, eu vou tentar abreviar o meu pronunciamento. Pelo menos, eu o fiz com o maior carinho e maior respeito aos povos indígenas. Eu o escrevi e, neste momento, venho à tribuna.

De tantos mitos e lendas da cultura indígena, há um que fala da Terra-Sem-Males. Esse lugar seria o centro do mundo, do universo, em que os homens seriam iguais entre seus iguais. Um planeta melhor, mais pleno, mais feliz, sem guerra nem ódio, com terra, água e pão para todos.

Este chão sagrado, por vezes tão distante, impecável nas diferenças e, por segundos, minutos e horas, tão perto, tão aqui ao nosso lado, ao alcance da mão, bastando simplesmente a comunhão dos homens num tratado de paz e solidariedade que alimente a nossa esperança para outros, melhores e possíveis bons caminhos.

Às vezes, e muitas vezes, após refletir sobre esse simbolismo, sobre essa mística indígena, pergunto-me: nós estamos fazendo a nossa parte, nós estamos respondendo ao compromisso com esse povo, que são aqueles que abriram espaço para que nós aqui chegássemos?

O que de fato estamos realizando em ações? Ou só estamos navegando, sem muita direção; ou queremos de fato a união entre o céu (o homem) e a terra (a mulher); ou são meras discussões ao acaso, desprovidas de sabedoria milenar dos povos indígenas?

Enfim, o que nos afasta da vida das reais necessidades dos cerca de 350 mil indígenas que hoje vivem nas aldeias e dos 190 mil que vivem em áreas urbanas, conforme dados da FUNAI?

Sabe-se que 60% dos índios brasileiros vivem na região chamada de Amazônia Legal, mas há grupos indígenas em todos os Estados da Federação. No meu Estado, Rio Grande do Sul, há guaranis, há kaigangs, há charruas.

A lei maior de um país, de uma nação, o horizonte a ser seguido, a ser cumprido, a ter orgulho, amor e paixão, é a constituição. A nossa Constituição, assim chamada de Constituição Cidadã, é, nas palavras do Dr. Ulisses Guimarães, “*(...) o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil.*”

Eu estava lá. Eu fui Constituinte quando o art. 231, que trata da demarcação das terras, foi construído falquejado, eu diria, lapidado, como primeiro passo para a garantia da cidadania indígena.

A Constituição de 1988 assegurou direito aos povos indígenas, como a garantia e reconhecimento de sua organização social e costumes, línguas, crenças, tradições e, como já disse aqui, a terra que tradicionalmente ocupam. E ao Estado brasileiro cabe a sua demarcação rápida.

Lá se vão mais de 20 anos da promulgação da famosa Constituição, e apenas um terço, 1.046 terras indígenas foram demarcadas.

Sabemos que existem propostas – e aqui o nobre Deputado Amauri destacou – lá na Câmara dos Deputados, que visam tirar o poder dessa demarcação e levar para um debate eterno aqui dentro. E nós todos sabemos que este Congresso aqui, infelizmente, é um dos mais conservadores de que participei – e eu estou aqui dentro há 26 anos. Por isso, estamos perdendo

quase tudo, principalmente – desculpe, Amauri, ter que dizer – lá na Câmara dos Deputados.

Aqui ainda estamos numa trincheira de resistência, mas sabemos que é difícil.

Há outros gravíssimos problemas que atingem a população indígena – por que não aqui lembrar? –, como a contaminação por doenças, que me chegam à Comissão de Direitos Humanos e aqui eu relato, como malária e hepatites A, B, C, D. Crianças de zero a 14 anos são as maiores vítimas em mais de 50% dos casos, números esses que a própria FUNASA levanta.

No ano de 2007, no Vale do Javari – eu sei que já foi citado aqui –, no oeste do Estado do Amazonas, morreram 123 bebês para cada mil nascidos, dados que não se comparam a nenhuma outra etnia do País. Morreram 123 bebês para cada mil nascidos vivos, índice similar somente ao dos países mais pobres da África. Os índices são cinco vezes maiores do que a média nacional entre não índios, conforme documento do próprio Conselho Indigenista Missionário – CIMI, que me apresentaram lá na Comissão.

No Mato Grosso do Sul, encontra-se a segunda maior população indígena do País, aproximadamente 70 mil índios.

A Vice-Procuradora-Geral da República, Débora Duprat, que diversas vezes veio à Comissão e inclusive já esteve dialogando muito comigo, afirmou: “*O problema das comunidades indígenas está intimamente ligado à insuficiência de terras e*” – enfatiza – “*a situação em Dourados, além de indigna, é a maior tragédia mundial conhecida na questão indígena*”. Vejam o que ela disse: “*Além de indigna, é a maior tragédia mundial conhecida na questão indígena*”.

As maiores vítimas são as crianças. Nos últimos 8 anos, 4 mil crianças indígenas sofreram – e sofrem – por desnutrição em Mato Grosso do Sul. Há também casos de assassinatos. Entre os anos de 2003 e 2010, 250 índios foram assassinados de forma covarde no Estado. Ocorreram 190 tentativas de assassinatos. Lideranças foram sequestradas, como é o caso dos professores indígenas Genivaldo Vera (corpo encontrado) e Rolindo Vera (ainda desaparecido), desaparecidos no dia 31 de outubro de 2009.

Nesse quadro de tragédia, para a nossa tristeza, ainda existem casos de suicídio, principalmente por jovens. Entre 2003 e 2010, foram 176 suicídios no Mato Grosso do Sul, enquanto, no restante do Brasil, foram 30 casos. Os especialistas afirmam que a extrema situação de violência a que estão submetidos esses povos pode ser a principal causa do grande número de suicídios.

Esse pequeno relato que recebi consta de denúncia de violação dos Direitos Humanos dos Povos

Indígenas do Brasil, feita pelo CIMI, no dia 3 de abril de 2012, encaminhada não só a mim, mas também à ONU, documento este entregue à Subsecretaria-Geral para assuntos Humanitários, Sra. Valerie Amos.

No início deste ano, um acampamento indígena no Rio Grande do Sul, no Município de Santa Maria, foi atacado com tiros. Boletim de ocorrência foi lavrado e a área, periciada. Um dos disparos, feito na direção de um grupo de crianças reunidas, que estavam lá brincando, atingiu prédio vizinho e quase que eles matam outras pessoas com essa covardia, atirando contra crianças.

A Justiça Federal de Carazinho, também no Rio Grande do Sul, determinou no final de março que a União e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA deveriam providenciar a instalação de infraestrutura sanitária adequada para atender a comunidade indígena da localidade de Rio dos Índios.

O juiz destacou que a legislação prevê, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, um subsistema de atenção à saúde indígena, financiado pela União.

A ação civil pública foi apresentada pelo Ministério Público Federal com o objetivo de prevenir a proliferação de doenças infectocontagiosas causadas pela falta de saneamento para esse povo. Conforme o Procurador Celso Tres, os indígenas residentes no Município estão expostos a diversas enfermidades em razão da inexistência de condições sanitárias apropriadas.

É claro que também não vamos fechar os olhos para as ações realizadas pelo Governo Federal nos últimos 10 anos. Fizemos, avançamos, mas temos de avançar muito mais. Isso é fato. Mas entendo que podemos ousar mais na elaboração de políticas públicas para esse querido povo. O próprio Estatuto dos Povos Indígenas está há mais de 20 anos no Congresso e não avança uma linha. Eu apresentei, muito depois, o Estatuto do Idoso, e o aprovei; o Estatuto da Igualdade Racial, e o aprovei; o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e o aprovei aqui no Senado, está na última instância na Câmara dos Deputados e será também aprovado. E o Estatuto dos Povos Indígenas não avança uma linha. Por que não aprovamos ainda essa carta, que é uma antiga reivindicação dos indígenas brasileiros? A proposta está parada.

Sr. Presidente, a minha intenção nesta sessão do Dia do Índio, 19 de abril, é relatar um pouco o que passa na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido.

Aproveito este momento, Deputado Vicentinho Alves, para cumprimentá-lo por sua iniciativa.

Não estou aqui querendo ser o dono da verdade nem ser o mais realista de todos, mas apenas relatar fatos. Dou a minha contribuição para que o Congresso Nacional, o Executivo e o Judiciário caminhem efetiva-

mente ao encontro do problema, ou dos problemas, e apontem para soluções.

O certo é que – e eu também entendo assim –, como disse Darcy Ribeiro na sua obra *Os índios e a civilização*, escrito em pleno exílio, nos anos 60: “*Temos que ter um profundo vínculo humano com os índios do Brasil*”.

Como eu iniciei falando da Terra sem Males, permitam-me, senhoras e senhores, que eu, que gosto tanto, tanto, e gosto mesmo, de poesia, que eu tente aqui, na última página, recitar um poema canção chamado *Missa da Terra sem Males*, de autoria de Diana Pequeno, Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra.

Diz:

Em nome do Pai de todos os Povos
Maíra de tudo
excelso Tupã.
Em nome do Filho
que a todos os homens nos faz ser irmãos
no sangue mesclado com todos os sanguess
em nome da Aliança da Libertaçāo.
Em nome da Luz de toda Cultura
Em nome do Amor que está em todo amor.
Em nome da Terra-sem-males
perdida no lucro, ganhada na dor
em nome da Morte vencida
em nome da Vida
cantamos, Senhor!
Eu era a Terra livre
eu era a Água limpa
eu era o Vento puro
fecundos de abundância
repletos de cantigas.
E nós te dividimos em regras e em fronteiras
a golpes de ganância
retalhamos a Terra
invadimos as roças
invadimos as tabas
invadimos o homem.
Eu fazia um caminho a cada vez que passava
era a Terra o caminho
o caminho era o homem.

Só que o homem, que não era índio, não entendeu.

Viva a nação indígena! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves.PR-TO)
– O Senador Paulo Paim, sempre muito brilhante, aqui lembrou bem Pedro Tierra, que é nosso conterrâneo,

de Porto Nacional, um tocantinense valoroso, que hoje está à frente da Secretaria de Cultura de Brasília.

Para a minha satisfação, ele foi meu professor, no primário, lá em Porto Nacional. Portanto, tenho muito alegria quando ouço sempre reverenciarem e falarem o nome de Pedro Tierra. Nós, tocantinenses, e nós, portuenses, nos sentimos muito honrados, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-T0)

– Para falar em nome dos homenageados, concedo a palavra ao Sr. Marcos Terena, professor da Cátedra Indígena Internacional.

O SR. MARCOS TERENA – Boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores. Quero agradecer a presença aos irmãos indígenas, que, com muita dificuldade, vieram aqui para compartilhar com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados desta solenidade histórica.

Aqui está Sebastião Terena, articulador dos direitos dos índios urbanos em Brasília, junto com Adão Irapuitã. Também está aqui Ronald, que é kaingang, do Rio Grande do Sul, assessor do Senador Wellington, e a Profa. Joana Munduruku, que veio de Palmas, Tocantins. Ela chegou nesta manhã, apenas para participar deste evento. Aliás, é a única mulher indígena aqui presente neste dia. E, finalmente, também aqui estão presentes os guerreiros da nação fulni-ô, indígenas da região do semiárido de Pernambuco. Quero destacar inclusive que são os únicos indígenas do Nordeste brasileiro que ainda preservam a língua original do seu povo depois de mais de 500 anos. Eu vejo aqui também o líder indígena Natanael, companheiro nosso de luta, da região do Amazonas.

Quero agradecer a todos a presença. Eu contei nos dedos que passaram nesta sessão 9 Congressistas: 5 Senadores e 4 Deputados. Nós agradecemos a essas pessoas que estiveram aqui. Agradeço também ao Dr. Antonio, da SESA, sempre presente nos debates dessas questões; ao companheiro Mário Theodoro, representando a nossa amiga Luiza, Ministra da Igualdade Racial; à colega da FUNAI, Francisca Picanço, e a todos colegas aqui presentes.

Eu só queria fazer um comentário rápido, porque passa do meio-dia. E, além do relógio ali no painel, a nossa barriga também já avisa que passou do meio-dia. Nesta sessão solene é importante a presença do Senador Valdir Raupp e do Deputado Padre Ton, porque S.Exas. são de uma região na qual morreram muitos índios e muitos sulistas do País, que é a região de Rondônia. E eu, claro, fui lá, como piloto de avião, organizar os índios daquela região para lutarem contra os invasores.

A maioria dos sulistas lá morreu porque não era gente daquelas matas. Eles pegaram malária, morreram por saudade do Sul, do churrasco. E muitos indígenas morreram porque conheceram doenças novas.

Como disse o Senador Raupp, havia um projeto do Banco Mundial na região para a construção da estrada, que foi fatal para a morte dos povos indígenas. Mas eles resistiram, organizaram-se e hoje vivem com suas terras demarcadas, graças a pessoas como Apoena Meireles, Chico Meirelles, que já partiram também, que são os indigenistas da época, aproveitando que agora está nas telas do cinema a história do Orlando e do Cláudio Villas Bôas.

Interessante é que o cineasta cria todo um cenário cinematográfico para contar a história do homem branco que foi lá conquistar os povos indígenas. Mas será que algum dia teremos um filme poético também, que, de repente, na poesia do Paulo Paim, possa retratar como foi que o índio, por exemplo, chegou a Brasília pela primeira vez, como o índio chegou na cidade e viu a luz elétrica, a televisão?

Agora tem o computador. A chamada modernidade está chegando nas terras indígenas. Então, o índio usa câmera de filmar, usa o celular para tirar fotos. Eu vi aqui muitos parentes tirando foto para levar, para contar história para suas aldeias, para suas comunidades, e nunca vimos um filme do índio andando no Congresso Nacional, por exemplo, nunca vimos um filme sobre Mário Juruna. Nos quatro anos que ele passou aqui, foi o único Deputado que tivemos no Congresso nos últimos 200 anos, pelo menos.

E assistimos agora à história da chamada saga do homem branco conquistando o índio. Não é uma crítica aos irmãos Villas Bôas, porque se não fossem eles nós não teríamos o Parque Indígena do Xingu, com 3 milhões de hectares, hoje ameaçado pelas frentes, pela sede, pela ambição da energia, das hidrelétricas.

Eu me lembrei nesta manhã exatamente daquele frase do General Rondon, por isso fiz uma referência a Rondônia, que dizia: “*morrer, se preciso. Matar, nunca*”. Rondon, que era um marechal do Exército, da Nação Bororo, da região do Mimoso, em Cuiabá, Mato Grosso, nunca esqueceu da sua origem, de ser bororo, de ser indígena.

Mas ele também era um general, era um comandante do Exército Brasileiro. E juntou essas duas forças para criar o primeiro serviço de proteção ao índio, baseado nessa frase, que muitos jovens, muitas pessoas que passaram e que passam pela FUNAI não aprenderam a ouvir, a exercitar essa mensagem que é a vanguarda do direito indígena.

Aqui, no Congresso Nacional, no Senado, especialmente, eu me lembro de um jovem que chegou na

FUNAI ansioso, afoito, inteligente, esperto, chamado Romero Jucá. E Romero Jucá desarrumou a FUNAI para se organizar. Então, aumentou o salário dos funcionários, criou superintendência, criou uma plataforma do trabalho para ele, apoiado pelo Presidente José Sarney e pelo Senador Marco Maciel.

Hoje Romero Jucá é um Senador da República. A especialidade do Romero Jucá é ser Líder do Governo aqui no Senado. Ele foi Líder de todo mundo aqui, desde Fernando Henrique, Lula, Presidente Dilma, parece que agora ele não está mais exercitando isso.

Ele conhece a FUNAI. Ele conhece o Senado. Ele conhece os povos indígenas. Se ele entrar aqui, ele sabe o nome de cada índio, de cada líder indígena. Então, ele também tem um compromisso com os povos indígenas. Mas ele também tem compromissos como Senador da República, com o seu eleitorado, com o seu Estado, com essa região, sempre baseado no desenvolvimento.

E outro ponto de referência aqui é que nós descobrimos, Senador Paim, que o Senado Federal tem um índio, além do negro, além do aviador, nós descobrimos que tem um Senador aqui que é índio. Ele nos procurou nos Jogos Indígenas, em Porto Nacional, e disse “*Olha, eu sou índio do Piauí*”, Senador Wellington Dias. Eu olhei bem para o jeito de ele andar, porque o índio se conhece pelo jeito como anda. Ele anda igual a índio. Então, vamos fazer o que com ele? Vamos leva-lo aos jogos, vamos chamar 1.400 indígenas e batizar o Senador.

E o Senador foi batizado em quatro nações indígenas. O Senador Wellington tem quatro nomes indígenas: Pareci, Terena, Karajá e Canela, do Maranhão. Eu creio que ele lembra do nome que foi dado a ele. Claro que não é Wellington. Eu não sei falar agora porque são línguas diferentes.

Meus irmãos indígenas que estão aqui, nós temos aqui um índio que é Senador, ou um Senador que é índio. Ele foi Governador, acho que foi Deputado, foi político, enfim, trabalhou no Banco do Brasil e ele me disse assim: “*É hora de colocar um índio na presidência da FUNAI!*” E ele é Líder também da Presidenta Dilma aqui no Senado.

O Senador Vicentinho propôs a criação de uma secretaria de assuntos indígenas, tirando a FUNAI como Fundação e jogando-a para cima, com é a SEPPIR para os negros.

Nós somos as primeiras nações, pessoal! Este Brasil é grande porque se baseou na vida dos nossos antepassados. Nós sempre falamos que o Brasil é um País rico baseado na força dos povos indígenas. Hoje o Brasil é reconhecido. O Presidente Obama, dos Estados Unidos, está dando agora visto para todo mundo

ir para os Estados Unidos. Por quê? Isso tudo porque o Brasil tem valor. Não é só no futebol, só no samba, mas baseado nas nossas histórias, pessoal. Por isso que eu valorizo o fulni-ô, valorizo o pataxó, essa que o Deputado disse.

O primeiro índio que entrou lá para tomar a terra dos fazendeiros foi um índio pataxó chamado Nelson Saracura, e eu estava lá junto com ele. Expulsamos o pessoal do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães – ele era Governador – e ele ficou bravo com a gente. Mas nós ficamos firmes.

Conseguimos a reentrada dos pataxós em suas terras originais em 1982. Até brinquei com o Deputado e disse: “*O senhor ainda estudava o primário quando a gente estava conquistando a terra dos pataxós hã-hã-hães*”.

Hoje, pessoal, neste dia solene, queremos mandar uma mensagem também ao Senador José Sarney, que foi Presidente do Brasil. No Dia do Índio no primeiro ano do seu Governo, junto com o Ministro José Aparecido de Oliveira, eu fui ao seu gabinete entregar-lhe um cocar. O Senador Sarney é espiritual, é espiritualista, tem uma visão espiritual das coisas. Isso é uma vantagem em relação aos indígenas e aos quilombolas. A gente precisa usar essa força e essa relação com o Senador Sarney para defender nossos direitos aqui também. Quando eu lhe entreguei o presente, ele disse: “*a única coisa que eu peço é: não coloque o cocar na minha cabeça, porque eu respeito a coroa do índio, o cocar do índio. Não é qualquer pessoa que pode usar cocar*”. Por isso a pessoa fica doente; por isso, a pessoa acaba falando que cocar dá azar. Não. Não é qualquer cabeça que pode usar o cocar. Não é qualquer pessoa que pode receber o cocar do índio.

Então, nossa mensagem de solidariedade ao Presidente Sarney. Claro, nosso corpo vai ficando meio... É igual ao carro: as peças vão ficando frouxas. O Criador fez a gente assim: nascer, crescer, viver e depois partir para o campo eterno. Todos nós vamos passar por isso. Ele é que sabe. Mas do ponto de vista da saúde e da solidariedade, nosso respeito ao Senador Sarney neste momento por toda a situação que está vivendo no leito da enfermidade.

Eu quero terminar esta mensagem dizendo que no Governo brasileiro, hoje, temos uma mulher que é Presidente – Presidente Dilma Rousseff –, uma senhora que mostra que tem espírito de liderança igualzinho às mulheres indígenas, que fala, que dá bronca, que puxa orelha, porque é preciso ter compromisso com o mandato, respeitar o voto de quem a eleger e gerar condições de vida para todos os brasileiros. A gente pretende um dia encontrar a Presidente Dilma

e lhe dizer que a parte básica da qualidade de vida se aprende com os povos indígenas.

Na Rio+20, estamos organizando a Kari-Oca. Vamos construir três oca indígenas: uma tradicional, para mostrar o que é a engenharia do índio; uma plenária, que chamamos de Oca da Sabedoria, onde entram apenas os sábios, onde nós vamos debater o que é mudança climática, o que é segurança alimentar, o que é pobreza.

Nós vamos construir uma plataforma para erradicação da pobreza do homem branco, porque quem está na rua pedindo esmola são velhos e crianças do homem branco. Quem faz carro blindado são pessoas que têm dinheiro, mas não têm felicidade, não têm alegria de usufruir os recursos que possuem. Isso não é qualidade de vida, isso é pobreza também. Então, nós vamos construir esse trabalho na Rio+20.

Vamos ter também uma oca tecnológica, como eu disse para a Senadora Vanessa, onde vamos transmitir ao vivo os conhecimentos indígenas para a América. Nesse sentido, inclusive, estamos contando com o apoio do Governo Federal, da Comissão da Rio+20, do Fórum Permanente das Nações Unidas e também do chamado grupo maior das Nações Unidas para a Rio+20.

Nós vamos fazer o nosso papel, mas há uma dúvida: o que fazer com o ar das nossas terras? O homem branco, falei isso para o Presidente do IPEA, olha para um cidadão – esta semana, por exemplo, todo brasileiro tem de fazer o Imposto de Renda – e diz: “*Quanto vale essa mulher? Quanto vale esse homem? Quanto ele ganha? Quanto ele gasta?*”

Nós índios não olhamos para o Senador Vicentinho e dizemos: “*Quanto será que ele vai dar para mim por vir a esta sessão?*” Não olhamos assim. Não olhamos para o Ministro da Fazenda e dizemos: “*Quanto será que ele ganha?*” Não é assim o olhar do índio. Ao contrário, nós olhamos para saber qual a contribuição que ele pode trazer para o bem comum. O olhar do índio nunca foi de pedir as coisas, mas sempre de agradecer.

Quando chegou o primeiro padre, chamado Manoel da Nóbrega, lembrando um pouco dos jesuítas, que foram os que mais se achegaram aos índios guaranis, foi ensinada a língua tupi-guarani para os jesuítas. Quase que o Brasil teve como língua oficial o nheengatu, mas, por uma questão política, disseram: “*Não, tem que ser português*”. Já pensou que alegria!

Essa semana, por exemplo, a Xuxa fez um programa falando guarani e foi criticada por muitas pessoas jovens do Mato Grosso do Sul. Por quê? Porque a língua indígena é viva, mas agride algumas pessoas que são reacionárias, conservadoras, racistas. Nós vamos

matar essas pessoas? Não, nós temos que conquistar essas pessoas, porque o Brasil é assim mesmo.

Por fim, termino essa mensagem de alegria, de afirmação.

Amanhã, por exemplo, a PUC de São Paulo vai ouvir uma jovem indígena que defenderá uma tese de mestrado. Uma índia mestre em conhecimento tradicional pela Universidade Católica de São Paulo. Já pensou? Como podemos pensar um índio com doutorado, por exemplo? Está chegando a hora. E nós rompemos o preconceito? Rompemos, mas não rompemos o espírito conservador universitário, educacional.

Aqui, no Congresso Nacional, esperamos que, no próximo mandato, tenhamos também um índio Deputado, um índio Senador.

Quem vai votar nesse índio para ele ser eleito? Mas nós vamos lançar candidatos com resistência.

Por isso, eu espero que, da parte do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os debates sejam consultas sempre aos povos indígenas, ao que nós chamamos de consulta livre. Não pode ser uma comissão de índios, não! Comissão de índios é critério do branco. Quem fala pelo fulni-ô é o fulni-ô; quem fala pelo terena é o terena; quem fala pelo caiuá é o caiuá; quem fala pelo munduruku é o munduruku.

De repente, o homem branco disse: “Olha, não dá para consultar todo o mundo. Vamos criar uma comissão de índios?” É bom para o homem branco, mas não é verdadeiro na relação com os povos indígenas. Por isso, gera conflito depois. Então, é preciso aprender a exercitar o que diz a Declaração da ONU: “livre determinação”.

Esperamos que o Senador que está com a relatoria da Secretaria Nacional do Índio...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-T0) – V.Sa. me concede um aparte?

O SR. MARCOS TERENA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-T0) – Só para contribuir, o projeto que já foi aprovado e inclusive citado por nós hoje aqui na Comissão de Direitos Humanos, com bastante prioridade por parte do Presidente Paim, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Já encaminhamos um ofício ao Senador Eunício, nosso amigo, pedindo que S.Exa. designe Relator para essa matéria.

Portanto, nesta sessão solene, quero me associar a V.Sa. no sentido de, mais uma vez, solicitar ao Presidente da Comissão, Senador Eunício, que designe Relator para que esse projeto tramite, porque essa é uma vontade não só sua e minha, mas de quase a totalidade dos povos indígenas deste País.

O SR. MARCOS TERENA – Muito obrigado, Senadores Vicentinho e Paim, companheiros engajados na causa indígena.

O sogro do Senador Eunício era o Paes de Andrade, quem sempre apoiou as causas sociais do nosso País, inclusive a indígena. Então, em lembrança a Paes de Andrade, faço um apelo ao Senador Eunício, a fim de que olhe essa matéria da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas e designe um Senador. Aqui no Senado há muitos Senadores bons de direitos humanos, de direitos indígenas, além dos dois que aqui estou citando: o Taques, do Mato Grosso, o Cristovam e o Rollemberg, do Distrito Federal. São pessoas que podem contribuir com esse processo, para que, finalmente, tenhamos o apoio do Congresso Nacional nessa trincheira de luta.

Agradeço a cada um dos senhores e das senhoras a atenção; agradeço ao Senador Vicentinho Alves a iniciativa desta sessão; agradeço também ao Senador Paulo Paim a presença, assim como aos Senadores e Deputados que por aqui passaram para deixar uma mensagem e mostrar que realmente o Dia do Índio não pode passar em branco.

Estamos hoje nesta sessão solene – sei que segunda-feira é um dia difícil para os Congressistas –, mas o dia 19 de abril será quinta-feira e vamos ficar ouvindo no programa *A Voz do Brasil* os discursos livres e informados de Senadores e Deputados, e espero que sejam discursos afirmativos.

O dia 19 de abril, como disse o Senador Vicentinho, também é o Dia do Exército Brasileiro, e 80% dos soldados que cuidam da Amazônia são indígenas. Então, o Exército sempre lembra disso, porque quem ensina o cadete que vem das Agulhas Negras no Rio de Janeiro a sobreviver na Amazônia são os indígenas. Quem ensina o soldado a andar no meio da mata para proteger a Amazônia são os indígenas.

Então, agradeço pela oportunidade. Agradeço, mais uma vez, ao Presidente Sarney por abrir esta Casa para nos receber. Espero que isso seja contínuo e que, no próximo ano, possamos celebrar a alegria de termos avançado um pouco mais no campo dos direitos humanos dos povos indígenas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-T0) – Obrigado, Prof. Marcos. Suas palavras sempre contribuem muito com a causa dos povos indígenas e particularmente contribuíram com esta sessão solene.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR-T0) – Antes de encerrar, quero registrar os nossos agradecimentos ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que prontamente nos atendeu no pleito desta sessão solene. Aqui também, em meu nome e

naturalmente em nome de todos os presentes desta sessão solene, quero registrar os nossos votos de uma pronta e rápida recuperação de sua saúde, um grande brasileiro. Eu particularmente tenho uma admiração e amizade muito forte pelo Presidente Sarney. Portanto, desejo a ele uma pronta recuperação de saúde e que volte o mais rápido possível para assumir a Presidência do Senado Federal.

Também agradeço à Dra. Cláudia Lyra, Secretaria-Geral, que nos deu uma atenção especialíssima. Esses agradecimentos à Dra. Cláudia Lyra eu estendo a todos os servidores e servidoras do Senado Federal. Agradeço à imprensa, que cobriu esta sessão solene, agradeço a todas as autoridades, na pessoa do eminente Senador Paulo Paim, que estiveram presentes.

Por aqui já passaram outros Senadores, outros Deputados Federais. Portanto, na pessoa do Senador Paim, ficam registrados os nossos agradecimentos.

Todos aqui, com suas presenças, aos povos indígenas, às pessoas não indígenas da sociedade que vieram, aos alunos de escolas que por aqui passaram e contribuíram com suas presenças, registramos, inclusive, nos Anais do Senado Federal. Portanto, após esses agradecimentos, entendo eu que todos nós cumprimos o nosso dever de respeito aos povos indígenas do Brasil com esta sessão solene.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 49 minutos.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago ¹⁰	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputada Perpétua Almeida
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
LÍDER DA MINORIA Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

- 1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
- 2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).
- 3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.
- 4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- 5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação da Comissão: 14-12-2011

Instalação da Comissão: 8-2-2012

Prazo final da Comissão: 19-8-2012

Presidente: Deputada Jô Moraes

Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota

Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
^{2 e 8}	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{3 e 4}	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN**, cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de horas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

EMISSÃO DE CRU SIAFI

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com
Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRACA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 36 páginas
(OS: 11417/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

